

O desafio da Saúde

O senador José Serra assumiu o Ministério da Saúde sabendo que terá de resolver dois problemas cruciais que têm desafiado, e vencido, todos os seus antecessores. O primeiro é a falta de recursos, o que compreende a carência de verbas, o desperdício e o mau emprego do dinheiro, e a má distribuição de responsabilidades entre União, Estados e municípios. O segundo é o clientelismo que se encaustou no Ministério da Saúde e se traduz em ineficiência administrativa e corrupção.

Para combater o compadrio, o novo ministro da Saúde escolheu o caminho menos íngreme, o que se explica pela proximidade das eleições e do estilo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que evita rupturas e divisões em sua base de apoio político. Assim, o ministro José Serra não mexerá nas chefias ocupadas por apaniguados políticos, mas declarou que não deixará de demitir "alguém que, embora tenha sustentação política, seja comprovadamente incompetente, faça discriminação de algum município, ou gaste mal nossos escassos recursos". De fato, como disse o ministro, ao tomar posse, "não adianta agora ficar procurando culpados" pela situação do ministério e de seus programas. Mesmo porque os culpados já foram identificados pelo ex-

ministro Carlos Albuquerque, que não teve força política para livrar o País de sua ação nefasta. Esperava-se que o novo ministro usasse toda a força política que tem para cumprir essa tarefa.

Fica óbvio, no entanto, que José Serra não fará isso, preferindo equilibrar os requisitos de competência e honestidade com os critérios anteriores de indicações políticas, evitando criar pequenas crises que poderiam consumir parte da energia de que precisará para resolver a questão dos recursos para a Saúde.

O Ministério da Saúde tem hoje um orçamento ao redor dos R\$ 19 bilhões, dos quais cerca de R\$ 7 bilhões dependem da arrecadação da CPMF. Mas essa fonte de receita, que tem o defeito de incidir em cascata sobre as atividades econômicas, será extinta no final do ano. Sua preocupação, que é também preocupação do presidente da República, revelada há duas semanas, é criar uma fonte de recursos permanente para atender aos gastos com saúde.

O ministro José Serra está cogitando de vincular parte das receitas da União, dos Estados e



dos municípios – à semelhança do que já se faz com a educação – aos gastos do setor de saúde. Trata-se de idéia que contraria o que pensava e dizia, até anteontem, o economista e senador José Serra que, com muito bom senso, identificava a vinculação de receitas orçamentárias com o engessamento da administração e o fim do pouco de liberdade de manobra que tem o governo para conter o déficit público e corrigir oportunamente as políticas públicas. De fato, a vinculação de receitas poderia aliviar, num primeiro momento, as carências orçamentárias da Saúde, mas o preço seria uma pressão insuportável sobre as contas fiscais do governo.

A médio e longo prazos, o remédio para os problemas financeiros do Ministério da Saúde poderia deixar o Estado brasileiro em estado terminal. É preciso não esquecer que, descontadas as transferências obrigatórias para os Estados e municípios e as vinculações constitucionais, entre elas a da educação, sobra para o governo cerca de 10% do orçamento, para suprir todos os ministérios e realizar investimentos em infra-estrutura.

Antes, portanto, de pensar em solução tão drástica e de efeitos previsivelmente negativos para as finanças públicas, seria conveniente esgotar outras possibilidades de financiamento dos gastos com saúde.

Uma das possibilidades mais óbvias, que o governo federal tem sistematicamente deixado de lado, seria obrigar Estados e municípios a arcar com os custos da descentralização do atendimento

médico, determinada pela Constituição de 1988. São raros os Estados e municípios que, na vigência desta Constituição, mantiveram ou ampliaram a parte de sua arrecadação própria desti-

A vinculação de verbas não é a melhor solução para dar recursos permanentes para a Saúde

nada à cobertura das despesas com saúde. O que ocorreu, em geral, foi a utilização desses recursos para outras finalidades, preenchendo-se os orçamentos estaduais e municipais da saúde com transferências provenientes do SUS. Começando por aí e otimizando os recursos com os quais o Ministério da Saúde já conta, o ministro José Serra poderá fazer o que dele se espera.